

Central de Compras Oeste

Compras Sustentáveis



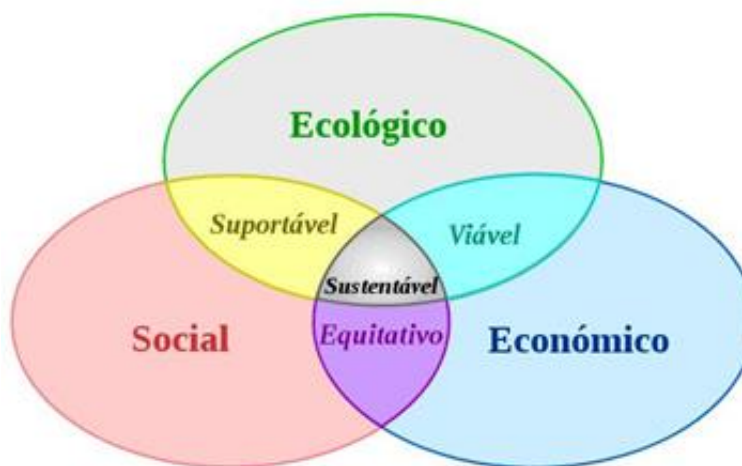
12 Novembro 2013

■ A importância dos mercados Públicos:

- Volume : 17% do PIB da EU;
- Visibilidade e efeito demonstrador;
- Princípios fundamentais: Transparência, Concorrência, Competitividade e Accountability;
- Instrumento de execução de políticas públicas (sustentabilidade, compras ecológicas)

Compras Sustentáveis \neq Compras ecológicas

Compras Sustentáveis = “necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades”



Compras Públicas Ecológicas (RCM 65/2007)



Acordos Quadro Sustentáveis

- **Combustíveis**
- **Comunicações**
- **Seguros;**
- **Refeições Escolares** (certificações 9001 e 22000 ou outras e requisitos sociais);
- **Energia** (Inclusão de energia proveniente de fontes renováveis no fornecimento de energia ativa);
- **Gás** (gás natural);

Desafios:

- Políticas Públicas;
 - Decisão política e orientação estratégica;
 - Responsabilidade Social e Ambiental, aplicação gradual de critérios;
 - Análise de risco económico, financeiro e de competitividade de mercados;
- Vertente Económica;
 - Identificação de oportunidades de inovação;
 - Análise do impacto da inovação na economia;
 - Equilíbrio das finanças públicas;
- Vertente Legal;
 - Adequação da legislação as práticas de compras sustentáveis;
 - Certificação vs critérios de seleção ou pré-qualificação;

Desafios:

- Vertente Prática;
 - Capacidade de conceção;
 - Dimensão nacional e europeia;
 - Facilidade de perceção do mercado;
 - Facilidade de avaliação;
 - Comunicação e mensagem;
 - Aprofundamento da relação com a Agência Oeste Sustentável e demais entidades;
 - Liderança do processo de compras sustentáveis intermunicipais no projeto Procura+;

Mas ainda não estamos na presença do que poderemos considerar compras sustentáveis. Se é certo que a preocupação económica e ecológica estão presentes no modelo que se propõe, para serem sustentáveis as compras deverão ter igualmente preocupações sociais. Tal implica conhecer todo um conjunto de informação relevante ao longo do seu “ciclo de vida”, desde o processo de extração, produção, distribuição, pós venda, etc. que envolva a participação de pessoas, garantindo que também estas fazem parte de uma política integrada de Compras Responsáveis.

A OesteCIM aderiu em 2012, ao Procura+, iniciativa promovida pelo ICLEI com o objetivo principal de reunir um número crítico de organizações públicas, por toda a Europa, de forma a obter uma efetiva mudança de mercados, através da partilha de experiências e boas práticas a nível nacional e internacional em matéria de compras sustentáveis.

A centralização das compras é uma via possível para impulsionar as compras sustentáveis. Mas se promover mercados para produtos sustentáveis através do consumo de bens e serviços com impacto reduzido no ambiente ao longo do seu ciclo de vida pelas autoridades públicas parece ser um objetivo das políticas de compras verdes, esta alteração dos hábitos de consumo dos municípios implica a criação de catálogos verdes que requerem um conjunto de requisitos que exigem um esforço que ultrapassa a vontade da OesteCIM.

A Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas define como objetivos para 2010, incluir critérios ambientais, no pressuposto de que a introdução dos ditos critérios contribua para a mudança da Administração Pública.

Mas que critérios são esses?

Parece ser suficiente, por exemplo, a substituição do consumo de papel branco por papel reciclado, uso de tinteiros reciclados ou iluminações LED, para cumprir o objetivo.

Mas sabem as entidades públicas como são produzidos, embalados e transportados estes artigos?

Serão essas fases do “ciclo de vida” do produto igualmente amigas do ambiente?

Um esforço coordenado para a definição de critérios ambientais a incluir nos procedimentos pré-contratuais que permitam considerar o bem ou serviço como “amigo” do ambiente ao longo de todo o seu “ciclo de vida” sem contaminar as preocupações sociais e económicas.